

Influência da meritocracia na Educação de Jovens e Adultos: implicações para a inclusão e permanência de alunos em situação de vulnerabilidade

Liliane Martins Costa

Universidade Federal do Pampa, lilimartinscosta.123@gmail.com

Luma Costa Minotto Pereira

Universidade Federal do Pampa, lumacosta.advocacia@gmail.com

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais equitativa, oferecendo oportunidades educacionais àqueles que tiveram suas trajetórias escolares interrompidas ou nunca ingressaram no sistema formal. No entanto, a aplicação da lógica meritocrática nessa modalidade de ensino suscita debates sobre seus impactos na inclusão e permanência de alunos em situação de vulnerabilidade. Embora a meritocracia seja amplamente promovida como um mecanismo de justiça e recompensa pelo esforço individual, sua inserção no contexto educacional brasileiro revela desafios estruturais e contradições que exigem análise crítica.

Historicamente, a EJA tem sido marcada por descontinuidades políticas e insuficiência de recursos, fatores que dificultam seu desenvolvimento enquanto política pública inclusiva e eficaz. Ao mesmo tempo, a adoção de práticas meritocráticas no campo educacional, frequentemente vinculadas à avaliação do desempenho de alunos e professores, desconsidera as desigualdades sociais e econômicas que permeiam o público atendido pela EJA. Como resultado, a meritocracia, que deveria funcionar como um instrumento de democratização do acesso às oportunidades, muitas vezes reforça a exclusão e perpetua desigualdades preexistentes.

No contexto da EJA, a meritocracia não apenas impõe pressões aos educandos para que alcancem

padrões de desempenho padronizados, mas também desvaloriza saberes prévios e experiências de vida que poderiam enriquecer os processos pedagógicos. Essa lógica, além de inviabilizar a plena integração dos educandos no ambiente escolar, promove narrativas que culpabilizam os indivíduos por suas dificuldades, desviando o foco das falhas estruturais do sistema educacional.

Este artigo propõe-se a investigar como a meritocracia influencia a EJA no Brasil, analisando suas implicações para a inclusão, permanência e o sucesso dos alunos em situação de vulnerabilidade. Ao longo do texto, serão discutidos o conceito de meritocracia e sua aplicação no campo educacional, os desafios enfrentados pela EJA e os impactos dessa lógica na promoção ou restrição da equidade educacional. A partir de uma abordagem crítica, busca-se compreender como a EJA pode superar as barreiras impostas pela meritocracia e reafirmar seu papel como instrumento de justiça social e cidadania.

Com essa análise, espera-se contribuir para a construção de políticas e práticas educacionais mais inclusivas e alinhadas às demandas do público atendido pela EJA, promovendo, assim, uma educação que seja verdadeiramente transformadora e emancipatória.

Conceitos de meritocracia e suas implicações na educação

A meritocracia, enquanto conceito central em debates sobre justiça social e organização de políticas públicas, emerge com destaque no campo educacional. Michael Young (1958), ao introduzir o termo em *The Rise of the Meritocracy*, descreveu uma sociedade hipotética em que o sucesso individual seria determinado exclusivamente pelo esforço e habilidades de cada pessoa. Embora o conceito tenha sido inicialmente apresentado em tom crítico, sua aplicação ganhou força como um princípio amplamente aceito, especialmente na formulação de políticas educacionais. Contudo, os desdobramentos práticos da meritocracia revelam contradições significativas quando observados sob a ótica de sistemas educacionais permeados por desigualdades estruturais.

Conforme Guindani, Guindani e Schneider (2016), a meritocracia se consolidou como um componente central em iniciativas de avaliação e valorização no campo educacional. “Nos últimos anos, verifica-se que a meritocracia vai adentrando no campo educacional principalmente nas políticas de valorização docente” (p. 2). Essas políticas frequentemente utilizam indicadores de desempenho para medir a eficiência de professores e estudantes, promovendo a ideia de que o sucesso é exclusivamente fruto do mérito individual. No entanto, essa abordagem desconsidera fatores contextuais que impactam o rendimento, como desigualdades socioeconômicas, deficiências na infraestrutura educacional e disparidades regionais.

Koga (2013), citado por Guindani, Borges e Koga (2024), argumenta que “o conceito de mérito vai adentrando em muitas dimensões da sociedade e estruturando-se como um importante elemento justificador das disparidades econômicas e sociais entre as pessoas e nações” (p. 3). Essa reflexão ganha relevância no Brasil, onde as desigualdades educacionais são historicamente evidentes. A aplicação da lógica meritocrática, sem uma análise crítica das condições de partida dos alunos, acaba por reforçar

essas desigualdades, mascarando as barreiras sistêmicas sob o discurso de equidade.

Barbosa (1999), em *A Cultura da Meritocracia*, também alerta para as implicações do ideal meritocrático, argumentando que, embora pareça promover justiça, ele frequentemente perpetua privilégios pré-existentes. No contexto educacional, isso é particularmente evidente quando estudantes de origens privilegiadas, com maior acesso a recursos e apoio acadêmico, encontram-se em posição de vantagem sobre aqueles que enfrentam desafios socioeconômicos. Além disso, as políticas que incentivam uma competição baseada em mérito individual podem desconsiderar o impacto do ambiente social e familiar no desempenho dos estudantes.

Assim, enquanto o discurso meritocrático promete democratizar o acesso às oportunidades, ele frequentemente desvia a atenção das desigualdades estruturais que limitam o acesso e a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade. No Brasil, onde o acesso à educação de qualidade ainda é um desafio significativo para muitos, a meritocracia pode funcionar como um mecanismo de exclusão disfarçado, promovendo a ideia de que o fracasso é culpa do indivíduo, e não do sistema que o circunda.

A análise crítica de Young (1958) e de Barbosa (1999) reforça a necessidade de repensar a aplicação da meritocracia na educação. Embora o conceito tenha sido amplamente adotado como uma estratégia de motivação e eficiência, seus desdobramentos práticos demonstram que ele pode agravar as desigualdades existentes. Para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva, é fundamental questionar as premissas da meritocracia e buscar abordagens que considerem as múltiplas dimensões da desigualdade.

Ao aprofundar a análise da meritocracia aplicada ao sistema educacional, é indispensável considerar seus impactos nos processos de inclusão, exclusão e desigualdade. A meritocracia, como ideal, opera a partir de uma lógica que ignora as condições iniciais dos indivíduos, perpetuando narrativas de que o esforço pessoal é suficiente para o sucesso. Young (1958), em sua obra fundadora, alertou para os perigos de uma sociedade meritocrática, descrevendo como esse sistema pode gerar divisões sociais ainda mais profundas ao estigmatizar aqueles que não atingem os padrões de sucesso estabelecidos. No contexto educacional brasileiro, essa lógica reforça desigualdades históricas ao negligenciar as múltiplas barreiras enfrentadas pelos estudantes em situação de vulnerabilidade.

De acordo com Guindani, Guindani e Schneider (2016), o discurso meritocrático está presente não apenas na avaliação dos estudantes, mas também na política de valorização docente. Essa abordagem, que vincula a qualidade do trabalho docente ao desempenho de seus alunos, desconsidera fatores estruturais como as condições precárias de ensino em muitas escolas públicas, a ausência de materiais pedagógicos adequados e a sobrecarga de trabalho dos professores. Assim, enquanto o mérito é apontado como o principal critério para a recompensa, o contexto de atuação é frequentemente ignorado, deslegitimando os esforços dos profissionais em situações adversas.

A crítica ao uso indiscriminado da meritocracia no ensino também se estende às formas de avaliação dos alunos. Testes padronizados, que são amplamente utilizados como medida de mérito, não

levam em conta as desigualdades contextuais. Essa prática cria um ciclo vicioso em que estudantes que começam com desvantagens estruturais tendem a obter resultados inferiores, perpetuando a exclusão educacional e limitando suas possibilidades de ascensão social. Assim, longe de democratizar o acesso a oportunidades, a meritocracia frequentemente legitima e reforça barreiras existentes.

Young (1958), ao prever os desdobramentos de uma sociedade guiada pela meritocracia, apontou que a crença no mérito pode levar à estigmatização dos considerados “não merecedores”. Essa dinâmica é evidente no sistema educacional brasileiro, onde os estudantes com baixo desempenho são frequentemente classificados como desinteressados ou incapazes, sem que se considerem os fatores externos que contribuem para esse desempenho. A ausência de políticas educacionais que integrem uma perspectiva inclusiva e equitativa reforça ainda mais essa estigmatização.

Portanto, enquanto a meritocracia é amplamente promovida como uma ferramenta para incentivar o esforço e a produtividade, sua aplicação prática no sistema educacional brasileiro expõe uma série de contradições. Em vez de servir como um mecanismo de inclusão e justiça, ela frequentemente opera como um vetor de exclusão e perpetuação das desigualdades sociais. Para superar essas limitações, é necessário repensar os parâmetros da meritocracia e desenvolver políticas que considerem as condições de partida dos indivíduos, promovendo equidade no acesso, na permanência e no sucesso educacional.

Educação de Jovens e Adultos no Brasil: políticas, desafios e perspectivas

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil tem se consolidado como um campo essencial para a promoção da cidadania e redução das desigualdades sociais. No entanto, sua trajetória histórica e contemporânea está marcada por desafios estruturais e políticas frequentemente descontinuadas. Como apontam Scortegagna e Oliveira (2006), a história da EJA acompanha as transformações políticas, econômicas e sociais do país, revelando uma relação intrínseca entre educação e poder. Ao longo das décadas, a EJA foi utilizada tanto como instrumento de emancipação quanto de controle social, evidenciando os paradoxos presentes em sua formulação.

Desde suas origens, a EJA esteve associada à ideia de inclusão social, inicialmente voltada para a alfabetização básica de populações marginalizadas. Programas como o MOBRAL e a Fundação Educar representaram marcos importantes, mas também ilustraram a falta de continuidade e a fragilidade das políticas públicas para o setor (Di Pierro; Joia; Masagão Ribeiro, 2001). A ausência de um planejamento sistêmico e a falta de recursos adequados limitaram o alcance dessas iniciativas, perpetuando altas taxas de analfabetismo funcional e exclusão educacional. Além disso, a descentralização das políticas para estados e municípios, muitas vezes sem o suporte técnico e financeiro necessário, resultou em ações fragmentadas e pouco efetivas.

No cenário contemporâneo, as políticas de EJA enfrentam desafios relacionados à

heterogeneidade de seu público-alvo e às demandas do mercado de trabalho. Como destaca Silva (2019), a EJA precisa ir além da alfabetização funcional, integrando conhecimentos técnicos e científicos que permitam uma real inclusão social e profissional. Essa integração é essencial em um contexto de mudanças tecnológicas aceleradas e um mercado de trabalho cada vez mais exigente. Entretanto, a falta de formação continuada para os educadores e de recursos pedagógicos adequados ainda são barreiras significativas para a efetividade da EJA (Mota, 2019).

Além dos aspectos técnicos, a EJA enfrenta desafios no reconhecimento de seus educandos como sujeitos ativos do processo educativo. A abordagem tradicional, centrada na reposição de escolaridade, frequentemente ignora os saberes prévios e as experiências de vida dos alunos. Como apontam Scortegagna e Oliveira (2006), a valorização das vivências e conhecimentos dos educandos é crucial para a construção de uma prática pedagógica transformadora, capaz de promover a emancipação e o exercício pleno da cidadania. Essa perspectiva dialoga com a pedagogia de Paulo Freire, que defende a educação como um ato político e libertador, voltado à problematização da realidade.

Apesar dos avanços, como o reconhecimento da EJA na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), a modalidade ainda ocupa um lugar marginal no sistema educacional brasileiro. Di Pierro, Joia e Masagão Ribeiro (2001) apontam que a falta de investimento contínuo e de articulação entre os níveis de governo compromete a consolidação da EJA como uma política pública estruturante. Além disso, a estigmatização dos educandos como “desinteressados” ou “incapazes” contribui para o baixo engajamento e a evasão escolar, reforçando ciclos de exclusão.

Portanto, o panorama da EJA no Brasil evidencia a necessidade de políticas públicas mais integradas e contínuas, capazes de responder aos desafios contemporâneos e valorizar as especificidades de seu público. Essa transformação exige o fortalecimento da formação de educadores, a ampliação de recursos e a promoção de práticas pedagógicas inclusivas e emancipatórias.

Embora a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tenha avançado em sua consolidação como política educacional, os desafios estruturais persistem, demandando atenção renovada para a sua eficácia e alcance. Um dos principais entraves é a descontinuidade histórica das iniciativas governamentais. Como apontam Di Pierro, Joia e Masagão Ribeiro (2001), as políticas de EJA frequentemente refletem o contexto político de suas épocas, sendo marcadas por avanços efêmeros seguidos de retrocessos, especialmente durante períodos de crise econômica ou transições de governo. Isso gera lacunas de atendimento e compromete o impacto a longo prazo das ações educativas.

A EJA também enfrenta o desafio de lidar com a juvenilização de seu público, fenômeno destacado por Di Pierro, Joia e Masagão Ribeiro (2001). O aumento da presença de adolescentes em programas originalmente concebidos para adultos reflete tanto a falência parcial do sistema regular de ensino quanto as pressões socioeconômicas que levam muitos jovens a buscar uma escolarização acelerada para ingressar no mercado de trabalho. Embora essa mudança tenha ampliado o alcance da EJA, também criou tensões pedagógicas, exigindo estratégias diferenciadas para atender a um público cada vez mais diverso em idade, expectativas e experiências de vida.

Outro aspecto crítico é a formação dos educadores que atuam na EJA. Como destaca Mota (2019), os professores que trabalham nessa modalidade precisam de formação específica que os prepare para lidar com a pluralidade de saberes e vivências dos educandos, além de capacitá-los a utilizar metodologias inovadoras e inclusivas. Contudo, a formação continuada é frequentemente negligenciada, e muitos educadores atuam sem suporte adequado, limitando sua capacidade de responder às demandas complexas do público atendido. Esse problema é agravado pela precarização das condições de trabalho dos profissionais, que muitas vezes enfrentam baixos salários e falta de recursos pedagógicos básicos.

Do ponto de vista pedagógico, a EJA carece de práticas que valorizem a experiência de vida e os saberes prévios dos alunos. Como apontado por Scortegagna e Oliveira (2006), a educação para jovens e adultos deve ser transformadora, integrando as vivências dos educandos e promovendo a reflexão crítica sobre sua realidade. Essa abordagem, inspirada nos princípios de Paulo Freire, implica repensar o currículo e os métodos de ensino, integrando elementos da cultura local, temas contemporâneos e conhecimentos técnicos que sejam relevantes para os educandos.

Adicionalmente, a ausência de financiamento consistente compromete o desenvolvimento da EJA. Segundo Silva (2019), as políticas públicas ainda tratam essa modalidade como secundária, alocando recursos insuficientes para garantir sua universalização e qualidade. Programas de alfabetização e escolarização básica são frequentemente descontinuados por falta de verba, o que prejudica a confiança dos educandos no sistema e contribui para a evasão escolar. Além disso, a ausência de infraestrutura adequada nas escolas que atendem à EJA é um entrave significativo para a promoção de um ambiente de aprendizado acolhedor e funcional.

Apesar desses desafios, a EJA apresenta potencial transformador quando bem estruturada. Como ressalta Silva (2019), a integração entre educação básica e qualificação profissional pode tornar a EJA uma ferramenta poderosa para promover inclusão social e equidade. Nesse sentido, é essencial que as políticas educacionais ampliem sua visão sobre a EJA, compreendendo-a como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento social e econômico.

Por fim, a construção de políticas efetivas para a EJA exige o reconhecimento de seu papel estratégico na democratização do acesso ao conhecimento. Isso implica não apenas corrigir desigualdades educacionais históricas, mas também preparar os educandos para os desafios contemporâneos, incluindo a globalização, a digitalização e as mudanças no mercado de trabalho. Ao integrar perspectivas pedagógicas transformadoras, formação continuada de educadores e financiamento adequado, a EJA pode cumprir sua promessa de inclusão e cidadania para milhões de brasileiros.

Impactos da meritocracia na EJA: inclusão ou exclusão?

A aplicação da meritocracia na Educação de Jovens e Adultos (EJA) levanta questões fundamentais sobre sua função inclusiva ou excludente. A lógica meritocrática, baseada na recompensa

pelo esforço e habilidades individuais, pode parecer, à primeira vista, um instrumento justo de promoção educacional. No entanto, seu impacto na EJA revela contradições e desigualdades que desafiam essa suposição. Como aponta Silva (2019), a meritocracia frequentemente opera como um mecanismo de distinção que favorece aqueles com melhores condições iniciais, enquanto marginaliza os que enfrentam barreiras socioeconômicas e educacionais. Essa dinâmica intensifica desigualdades históricas, especialmente em uma modalidade voltada para populações vulneráveis.

A EJA, ao atender indivíduos que tiveram sua trajetória escolar interrompida ou nunca tiveram acesso ao sistema regular, lida com um público heterogêneo em termos de idade, condições sociais e experiências educacionais. Souza (2024) argumenta que, no contexto da EJA, a lógica meritocrática, ao premiar o desempenho individual, tende a ignorar a realidade de desigualdade estrutural enfrentada por seus alunos. Essa abordagem reduz o processo educacional a uma competição que desconsidera as condições desiguais de partida. Por exemplo, alunos que conciliam trabalho, família e estudos competem em desvantagem com aqueles que têm mais tempo e recursos disponíveis.

Além disso, a cultura meritocrática na EJA também impacta a percepção do valor social e individual do processo educacional. Ferreira, Alves e Palmeirão (2023) destacam que o discurso meritocrático legitima desigualdades ao atribuir fracassos educacionais à falta de mérito dos indivíduos, desviando a atenção das falhas estruturais do sistema educacional. Essa lógica pode levar os alunos da EJA a internalizar sentimentos de inadequação e incapacidade, reforçando ciclos de exclusão e evasão.

Um exemplo claro é a utilização de métricas padronizadas de avaliação, como desempenho em testes e frequência escolar, para determinar o sucesso dos alunos na EJA. Backes, Baquero e Pavan (2006) criticam essa prática, argumentando que ela reforça uma visão limitada do que constitui aprendizado significativo, ignorando as diversas formas de conhecimento e experiência que os educandos trazem para o ambiente escolar. Em vez de promover a inclusão, essas práticas podem resultar na exclusão daqueles que não se adaptam ao modelo imposto.

Outro aspecto problemático é a desconexão entre a lógica meritocrática e as expectativas dos educandos da EJA. Silva (2019) ressalta que muitos alunos da EJA não buscam apenas certificação ou reconhecimento acadêmico, mas também formas de integração social e capacitação para melhorar suas condições de vida. Ao ignorar essas demandas e impor critérios meritocráticos, as políticas educacionais muitas vezes falham em atender às necessidades reais desse público.

Portanto, a aplicação da meritocracia na EJA precisa ser criticamente analisada à luz de seus impactos inclusivos ou excludentes. Embora a ideia de meritocracia como ferramenta de justiça seja sedutora, sua implementação sem ajustes para considerar as desigualdades estruturais acaba reproduzindo o mesmo sistema que se propõe a corrigir.

A segunda dimensão crítica da meritocracia na Educação de Jovens e Adultos (EJA) diz respeito à exclusão sistêmica e aos impactos no engajamento dos educandos. Como ressaltam Backes, Baquero e Pavan (2006), a lógica meritocrática reproduz desigualdades ao propor uma “competição justa” que, na prática, desconsidera os desafios socioeconômicos enfrentados pelos alunos da EJA. Estes educandos, em grande

parte oriundos de contextos de vulnerabilidade, são prejudicados pela falta de infraestrutura educacional, acesso a materiais didáticos e pela necessidade de conciliar estudo com trabalho e responsabilidades familiares. A meritocracia, nesse contexto, não é apenas excludente, mas também desmotivadora, pois transforma barreiras estruturais em um fracasso individual.

Silva (2019) destaca que, no âmbito da EJA, a meritocracia funciona como um mecanismo seletivo que tende a excluir os alunos que não atingem determinados padrões de desempenho. Essa exclusão não é meramente acadêmica, mas também simbólica, pois reforça a estigmatização dos alunos da EJA como “incapazes” ou “improdutivos”. Isso é particularmente problemático, pois a EJA tem como objetivo central a inclusão social e a democratização do acesso à educação. Quando a meritocracia se torna o critério dominante, esses princípios são comprometidos, e a modalidade pode ser percebida como incapaz de atender às demandas reais dos educandos.

Além disso, Ferreira, Alves e Palmeirão (2023) apontam que a meritocracia frequentemente promove uma competição individualista, desconsiderando o caráter coletivo e colaborativo que deveria ser intrínseco à EJA. A educação de adultos não é apenas um processo de aquisição de conhecimento, mas também de reconstrução de identidades e de fortalecimento de redes sociais e comunitárias. Quando a meritocracia privilegia apenas os melhores desempenhos individuais, ela enfraquece os laços coletivos e desvaloriza a diversidade de trajetórias e saberes presentes nas salas de aula da EJA.

Outra questão relevante é a desconexão entre as políticas meritocráticas e as práticas pedagógicas mais adequadas para a EJA. Souza (2024) argumenta que o foco em resultados mensuráveis, como índices de aprovação e desempenho em exames, pressiona os professores a adotarem metodologias tradicionais, centradas na transmissão de conteúdos e na padronização dos processos de avaliação. Essas práticas são frequentemente inadequadas para os alunos da EJA, que trazem experiências e conhecimentos prévios valiosos, mas que não são reconhecidos ou valorizados em um sistema meritocrático. Essa tensão compromete a qualidade do ensino e a relevância do aprendizado, contribuindo para a evasão e para a percepção de fracasso.

Além disso, a exclusão promovida pela meritocracia na EJA não se limita ao âmbito escolar, mas tem implicações sociais e econômicas mais amplas. Como aponta Silva (2019), os alunos que abandonam a EJA devido a dificuldades impostas por políticas meritocráticas frequentemente enfrentam barreiras adicionais no mercado de trabalho e em outras esferas da vida social. A falta de um diploma ou de certificação educacional reforça ciclos de pobreza e exclusão, perpetuando desigualdades intergeracionais.

Entretanto, há formas de resistir a essa lógica excludente. Backes, Baquero e Pavan (2006) sugerem que as políticas educacionais devem priorizar a criação de ambientes inclusivos, onde o mérito seja contextualizado e onde o sucesso educacional seja entendido como um processo coletivo, não individual. Isso inclui a adoção de currículos flexíveis, avaliações formativas e estratégias pedagógicas que reconheçam e valorizem os saberes prévios dos educandos.

A reflexão crítica sobre a meritocracia na EJA deve levar à construção de políticas que

respeitem as especificidades dessa modalidade de ensino. A superação dos desafios impostos pela meritocracia requer um compromisso com a equidade, o reconhecimento das desigualdades estruturais e a promoção de práticas pedagógicas inclusivas e transformadoras. Nesse sentido, a EJA tem o potencial de não apenas oferecer oportunidades educacionais, mas também de promover justiça social e empoderamento coletivo.

Considerações finais

A análise da influência da meritocracia na Educação de Jovens e Adultos (EJA) revela um panorama complexo e paradoxal, onde as promessas de equidade e justiça frequentemente colidem com as realidades de desigualdade e exclusão. Embora a meritocracia se apresente como um ideal de valorização do esforço individual, sua aplicação prática no contexto da EJA reforça barreiras estruturais e limita o potencial emancipador dessa modalidade de ensino.

Os desafios enfrentados pela EJA são amplificados pela lógica meritocrática, que desconsidera a pluralidade de vivências e as desigualdades de ponto de partida dos educandos. Essa perspectiva contribui para a perpetuação de estigmas e para a evasão escolar, desmotivando alunos que não encontram no sistema educacional o suporte necessário para superar suas limitações sociais e econômicas. Além disso, a meritocracia impõe pressões desproporcionais aos professores, que frequentemente lidam com condições adversas de trabalho e com demandas pedagógicas incompatíveis com a realidade de seus alunos.

Por outro lado, a crítica à meritocracia não implica a negação do mérito como valor. Em vez disso, sugere a necessidade de contextualizar o mérito dentro de uma abordagem mais ampla e inclusiva, que reconheça as especificidades dos alunos da EJA e as barreiras históricas que limitam seu acesso a oportunidades educacionais. Isso requer políticas públicas que priorizem o fortalecimento da EJA como instrumento de inclusão social, com investimentos consistentes em infraestrutura, formação docente e currículos adaptados às demandas do público atendido.

A superação dos impactos negativos da meritocracia na EJA passa pela adoção de práticas pedagógicas transformadoras, fundamentadas nos princípios de equidade e justiça social. Tais práticas devem valorizar os saberes prévios dos educandos, promover metodologias colaborativas e criar ambientes de aprendizagem que respeitem a diversidade de experiências e trajetórias. Nesse contexto, a pedagogia crítica de Paulo Freire surge como uma referência essencial para ressignificar o papel da EJA como espaço de diálogo, emancipação e construção coletiva do conhecimento.

Portanto, este estudo reforça a importância de uma reflexão crítica sobre a aplicação da meritocracia na EJA e a necessidade de repensar suas políticas e práticas à luz das demandas de inclusão e permanência de alunos em situação de vulnerabilidade. Somente por meio de um compromisso efetivo com a equidade será possível transformar a EJA em um instrumento eficaz para promover a cidadania e a justiça social, cumprindo seu papel essencial no enfrentamento das desigualdades educacionais e sociais no Brasil.

Referências

- BACKES, José Licínio; BAQUERO, Rute Vivian Ângelo; PAVAN, Ruth. A presença da cultura meritocrática na educação de jovens e adultos. **Contrapontos**, Itajaí, v. 6, n. 3, p. 525-539, set./dez. 2006.
- BARBOSA, Livia. **A cultura da meritocracia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.
- DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; MASAGÃO RIBEIRO, Vera. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 58-73, nov. 2001. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 2 dez. 2024.
- FERREIRA, Marylin Regal; ALVES, José Matias; PALMEIRÃO, Cristina. Meritocracia, excelência e exclusão escolar: uma scoping review. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 53, e10250, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980531410250>. Acesso em: 2 dez. 2024.
- GUINDANI, Evandro Ricardo; BORGES, Fernanda Goulart; KOGA, Yáscara. Contradições da meritocracia: análise de indicadores educacionais e sociais no Brasil. **Revista Uniaraguaia**, online, v. 19, n. 2, p. 228-239, mai./ago. 2024. Disponível em: <https://www.uniaraguaia.edu.br>. Acesso em: 2 dez. 2024.
- GUINDANI, Evandro Ricardo; GUINDANI, Yáscara Michele Neves Koga; SCHNEIDER, Maiquel Jardel. As políticas educacionais e o rendimento escolar: um estudo de caso. **Revista de Educação Pública**, v. 25, n. 61, p. 1-20, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3931/3124>. Acesso em: 2 dez. 2024.
- KOGA, Yáscara Michele Neves. Educação de jovens e adultos e desigualdades sociais: uma perspectiva crítica. **Revista Educação em Debate**, v. 10, n. 1, p. 45-63, 2013.
- MOTA, A. S. S. Os desafios e possibilidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA): uma reflexão sobre a formação do educador. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 4, n. 12, p. 154-170, 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desafios-e-possibilidades>. Acesso em: 2 dez. 2024.
- SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Educação de jovens e adultos no Brasil: uma análise histórico-crítica. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v. 5, n. 2, nov. 2006. Disponível em: <http://revistas.facecla.com.br/index/reped>. Acesso em: 2 dez. 2024.
- SILVA, J. F. A presença da cultura meritocrática na educação de jovens e adultos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 6, n. 3, p. 123-138, 2019. Disponível em: <https://educa.fcc.org.br/pdf/ctp/v06n03/v06n03a10.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2024.
- SILVA, R. A. A educação de jovens e adultos: avanços e desafios. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 4, n. 9, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/avancos-e-desafios>. Acesso em: 2 dez. 2024.
- SOUZA, M. A educação em um sistema meritocrático: a situação da EJA. **Anais do Seminário de Educação**, v. 1, n. 1, p. 45-58, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/sedu/sedu-2024/trabalhos/a-educacao-em-um-sistema-meritocratico-a-situacao-da-eja?lang=pt-br>. Acesso em: 2 dez. 2024.
- YOUNG, Michael. **The rise of the meritocracy**. Londres: Thames & Hudson, 1958.